

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Rosangela de Souza¹
Marcos Gehrke²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre a Educação do Campo e as Políticas Educacionais. Surgiu da necessidade que senti em conhecer e analisar escritos sobre educação e todo o processo que levou a constituição da Educação do Campo como uma modalidade de educação, a partir da Educação Rural. Será interessante leitura para outros professores, visto que o trabalho apresenta vários conceitos sobre educação através dos quais pode-se chegar a conclusão da necessidade de um ensino específico para os sujeitos do campo.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Educação do Campo, Paraná.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Muitas são as pesquisas educacionais sobre políticas públicas. A realidade brasileira e paranaense revela seus vários aspectos e abrangências na prática educativa e escolar, nas últimas duas décadas também sobre a chamada Educação do Campo. Esta compreendida também como uma modalidade de ensino, mas que se articula para além da escola e a escolarização.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Telêmaco Borba, e-mail: souzarosang2@gmail.com, licenciada em História pela Fafija- Faculdade Est. de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho em 1995.

² Doutorando em Educação. Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba 2011. Mestre em Educação. Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2010. Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento. Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2005. Especialização em Educação de Jovens e Adultos. Faculdade de Ciências Sociais de Francisco Beltrão FACIBEL e Instituto Brasileiro de Pós – Graduação - IBPEX. Francisco Beltrão – PR, 1998. Graduação em Pedagogia. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Três Passos – RS, 1996. Orientador do Curso de Especialização em Educação do Campo – Modalidade Educação a Distância EaD, UFPR Litoral.

A literatura estudada caracteriza esta temática como um espaço ainda precário e vítima de descaso e ausência de políticas públicas, mas que nos últimos anos tem mostrado avanços.

Como problemática pode-se destacar a falta de estrutura básica no campo como estradas apropriadas, atendimento à saúde, assistência técnica e a educação de qualidade, escolas suficiente nas comunidades, entre outros. Como avanço pode-se destacar a produção de diretrizes educacionais, compra direta da merenda escolar, cursos de formação para educadores do campo, investimentos na agricultura familiar, entre outras.

Como professora da rede estadual de ensino e estudante do curso de Pós-graduação em Educação do Campo, da Universidade Federal do Paraná/Litoral, coloquei como preocupação de estudo as questões das políticas públicas relacionadas à educação do campo, tendo em vista sua relevância para se compreender a educação do campo como sendo um direito social de cidadania.

Considerando as experiências adquiridas ao longo de minha carreira profissional em escolas localizadas na zona rural, porém, que adotavam e algumas ainda adotam projetos político-pedagógicos e currículos voltados à educação urbana desconsiderando as necessidades dos seus educandos, e do curso de especialização, me conduzindo desta forma, até este momento, a desenvolver este trabalho acerca das experiências vivenciadas e dos saberes acumulados, da cultura e do meio no qual participei. A educação do campo, além de suas dimensões políticas educacionais, trata-se de um projeto de desenvolvimento das questões urbanas e rurais. Um processo de desenvolvimento rural que efetive a transformação global do meio e da história.

Diante da problemática, rapidamente descrita, este trabalho propõe-se: trazer reflexão sobre a trajetória da educação do campo e as políticas públicas para com isso produzir elementos de estudo para professores do campo.

A metodologia utilizada para realizar o presente estudo foi a pesquisa bibliográfica com revisão dos textos estudados no curso de especialização em Educação do Campo e, as preocupações com o cotidiano das escolas localizadas na zona rural, que ainda seguem políticas pedagógicas voltadas, exclusivamente, à educação urbana desconsiderando desta forma as necessidades dos educandos que ali estão, assim como o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas.

O trabalho está estruturado em três partes, assim distribuídas: uma primeira que busca conceituar educação e as políticas educacionais; seguida, faz-se um levantamento à respeito do histórico da educação rural e da educação do campo no Brasil, num terceiro momento o vivido no Estado do Paraná e por fim, as considerações.

Conceito de Educação e políticas educacionais

O conceito de educação sofreu influência do nativismo e do empirismo. O primeiro era entendido como o desenvolvimento das potencialidades interiores do homem, cabendo ao educador apenas exterioriza-las, e o segundo era o conhecimento que o homem adquiria através da experiência (MARTINS, 2004, p. 13).

Num sentido amplo a educação, representa tudo aquilo que pode ser feito para que o ser humano se desenvolva e, no sentido restrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades.

Sendo um processo contínuo de apropriação dos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade, a educação deve proporcionar a formação de um sujeito autônomo, crítico e reflexivo, consciente de seu papel ativo na sociedade, interagindo com outros sujeitos, com valores e culturas

diferenciadas, caminhando para ações e decisões efetivas na transformação da sociedade.

A concepção de educação, que permite o desenvolvimento da competência do educando para construir conhecimentos sobre si mesmo e sobre o mundo através da interação, possibilita a construção coletiva de parâmetros e diretrizes ao trabalho escolar.

De acordo com Martins (2004) foram os gregos os primeiros a propagarem um sistema educacional que pudesse trazer felicidade e triunfo ao indivíduo. Sócrates afirmava que a busca do conhecimento só podia ser alcançada por meio da razão e da educação. Platão se preocupava em formar o homem para uma sociedade ideal e que a educação é liberdade, e é capaz de tirar o indivíduo de uma situação de ignorância.

Ainda segundo Martins (2004) educação romana tinha como objetivo desenvolver no homem a racionalidade para torná-lo capaz de pensar corretamente e se expressar de forma convincente visando a coragem, prudência, honestidade, seriedade, tendo a família como fator preponderante para que tais virtudes fossem alcançadas.

Já na Idade Moderna, o filósofo John Locke acreditava que a educação é parte do direito à vida, pois através dela é que se poderá formar seres conscientes, livres e senhores de si mesmos. Jean Jacques Rousseau afirmava que a verdadeira finalidade da educação era ensinar a criança a viver e a aprender a exercer a liberdade, seus princípios educacionais permanecem até nossos dias. Para Kant a educação deve cultivar a moral, despertando para que o homem tome consciência de que ela deve estar presente em todas as ações de sua vida, em todo seu desenvolvimento, em todo seu ser.

Atualmente temos uma forte contribuição de Jean Piaget e de Paulo Freire. Segundo Piaget, a educação deve possibilitar um desenvolvimento amplo e dinâmico para a criança e que seus principais objetivos são: a formação de homens criativos, inventivos e descobridores de pessoas críticas e

ativas, na busca da construção da autonomia. Já Paulo Freire parte do princípio de que vivemos numa sociedade dividida em classes, na qual os privilégios de uns impedem a maioria de usufruir os bens produzidos. Para Freire, educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da História e a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual, como na prática pedagógica proposta.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, a educação é amparada por princípios que buscam uma sociedade mais justa, um direito de todos e dever do Estado e da família, visando pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Segundo Silva (2000, p.814) os objetivos da educação na Constituição Federal só se realizarão num sistema formal de educação democrático com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, valorização dos profissionais do ensino garantido na forma da lei, gestão democrática. Os três objetivos que direcionam a educação brasileira são: o pleno desenvolvimento da pessoa humana, o preparo da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Quanto ao objetivo constitucional que visa o pleno desenvolvimento da pessoa humana percebe-se que ele está diretamente ligado ao fundamento da dignidade da pessoa humana com direitos e deveres fundamentais que lhe assegure e garanta condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação de forma ativa e responsável na sua vida em sociedade.

Outro princípio constitucional da educação é o exercício da cidadania, o qual não se restringe apenas a cidadania voltada para a nacionalidade e

direitos políticos, mas sim, no sentido de se trabalhar a cidadania que permita às pessoas alcançarem uma vida digna.

Visa, também, desenvolver no educando, com a participação da família, da sociedade e do Estado, a qualificação para o trabalho. Que constitui para o Estado brasileiro em valor fundamentado de ordem econômica e da ordem social, porém, este valor somente trará resultados na medida que o trabalhador é qualificado, principalmente por meio da educação, já que ela é um instrumento efetivo e essencial para qualificar as pessoas.

Pensando na situação de exploração do trabalhador e nas condições que oportunizam uma educação conscientizadora, Freire (2007) nos possibilita observar o sistema educacional da sociedade brasileira, dentro do processo de mudança, quando identifica a educação como elemento fundamental para o sujeito do campo ou da cidade. E considera como necessidade primordial dessa mudança, a leitura de mundo com o sujeito que aprende, mas que também ensina.

Desta maneira, a educação como parte indissociável do ser humano, é fundamental para que o homem possa ter pleno desenvolvimento de suas faculdades físicas, mentais e intelectuais.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 em seu artigo 1º “ A educação abrange processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Analisando os conceitos apresentados temos a educação como uma prática social que contribui diretamente para o processo de construção histórica das pessoas. O sentido dessa prática social é a aprendizagem e o objetivo dessa aprendizagem é o conhecimento que se deve ter como processo, como construção e ampliação do saber para a efetiva emancipação humana.

Histórico da Educação do Campo no Brasil

A educação do campo é concebida para além da escola, pois está integrada a um projeto de vida social no campo construído pelas pessoas que vivem na e da terra. Sob esse ponto de vista a educação escolar é entendida como do e no campo, como direito universal, considerando os níveis e modalidades de ensino, para todos os sujeitos do campo no local em que vivem e trabalham, promovendo a emancipação humana e social.

E, assim como a sociedade a educação também passa por transformações. A Educação do Campo vem se construindo durante essa trajetória, mais precisamente a partir de 1998. É relevante conhecer a origem da Educação do Campo para podermos compreendê-la.

De acordo com Cláudia Passador (2006) a origem da Educação Rural no Brasil tem início em 1889 com a Proclamação da República, quando o governo criou a Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria, para atender estudantes da área rural, entretanto, a mesma foi extinta entre 1894 e 1906, sendo novamente instalada em 1908, como instituições de ensino para agrônomos. Somente em 1930, após a criação do Ministério da Educação que se constitui efetivamente como educação pública.

A partir daí se constitui como um conjunto de políticas voltadas para este atendimento. Isto porque o Brasil foi considerado um país de origem eminentemente agrária. Evidencia-se aí o descaso dos dirigentes com a educação rural; o que também demonstra a razão política educacional atual em relação a educação rural.

Com a Constituição de 1934 e com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que exprimiu o pensamento dos principais educadores brasileiros para uma educação universal, gratuita e laica é que ocorreram reformas educacionais. A Constituição sinalizou para a importância de uma educação profissional voltado para o contexto industrial, e quanto à educação do campo, o artigo 156 determinou: “Para realização do ensino nas zonas

rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas no respectivo orçamento anual.” (POLETTE, 2001, p.169) Um acontecimento relevante, mas que omite outras propostas para educação do campo.

Do período do Estado Novo (1945 à 1964) a educação rural passa por algumas iniciativas como a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais que serve de incentivo à formação da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Em 1950, se cria a Companhia Nacional de Educação Rural e do Serviço Social Rural que preparava técnicos para atuar no meio rural em várias áreas como: educação de base ou alfabetização, melhoria de vida, saúde, associativismo, economia domestica, artesanato, entre outras iniciativas com interesse de formar empresas familiares no meio rural, procurando levar os camponeses a utilizarem a assistência técnica para conseguirem um maior índice de produtividade e como consequência, o bem-estar social.

A década de 1950 foi um momento difícil no meio rural levando os índices assustadores de êxodo rural.

Na LDB 4.024/61 a educação rural continuou sendo negada, pois os interesses estavam centrados nos interesses capitalistas. Segundo Leite (1999) a educação rural sofreu as mesmas discriminações governamentais de tempos anteriores. Foi a negação da escolarização nacional, da cultura, do hábito, do trabalho e dos valores da sociedade. Foi a cristalização de uma relação de dependência e subordinação que, historicamente, vinha acontecendo desde o período colonial.

Como afirma Leite (1999, p. 14)

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão:

“gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.

Porém, surgiram também movimentos de resistência que tinham ligações profundas com as Ligas Camponesas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outras organizações que tiveram êxito com a promulgação da Lei 4.214/63 do Estatuto do Trabalhador Rural e para a criação de grupos de alfabetização de adultos e de educação popular.

Por outro lado, ações foram criadas para conter as lutas dos trabalhadores rurais e o expansionismo dos movimentos agrários.

Com a Ditadura Militar o professor da zona rural foi substituído pelo técnico extensionista. Contrariando este projeto põem-se em prática a Educação Libertadora com Paulo Freire e sua educação popular. Porém, são implantadas mais duas leis que afetam consideravelmente a educação rural a Lei 5.540/68 e a 5.692/71 que traz uma nova estruturação para o ensino de 1º e 2º graus, onde a formação técnica prevaleceu e nem se cogitou a criação de políticas educacionais específicas para os grupos do campo brasileiro e a educação permaneceu distante dos anseios camponeses.

Com a redemocratização a partir do governo de José Sarney, os movimentos sociais do campo se articulam na busca pelos direitos sociais negados ao longo da história e na legislação brasileira. Com a criação da Comissão Pastoral, em 1975 e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984 deu-se um novo impulso para as lutas sociais no campo não só relacionadas à reforma agrária, mas também com relação aos direitos sociais como saúde, moradia, crédito e educação.

Como aponta Arroyo, na apresentação do livro de Caldart, a relação que o MST estabelece com a educação remete a outros momentos da história. Vejamos

Penso em um dos capítulos tão fecundos na história da educação latino-americana: a educação popular e o pensamento de Paulo Freire. Eles nasceram colados à terra e foram cultivados em contato estreito com os camponeses, com suas redes de socialização, de reinvenção da vida e da cultura. Nasceram percebendo que o povo do campo tem também seu saber, seus mestres e sua sabedoria. (Arroyo, 2000, p. 14).

A partir da Constituição de 1988, políticas educacionais bastante significativas são aprovadas e reformas na educação são elaboradas e implementadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso como a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96, o Plano Nacional da Educação de 2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A LDBEN regula e amplia o ensino considerando a educação relacionada ao mundo do trabalho e à prática escolar. No capítulo II, artigo 28, trata da legitimação da educação do campo: Permite a adaptação à educação básica às peculiaridades da zona rural e de cada região, tendo especificamente: conteúdos curriculares e metodologia apropriada às necessidades reais e interesses e condições climáticas; adequação à natureza do trabalho.

Com a Resolução CNE/CEB nº1. de 03 de abril de 2002, foram aprovadas as Diretrizes Operacionais para Educação Básica na escola do campo. Uma reivindicação de tempos dos movimentos sociais do campo, que referem-se às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar com qualidade na perspectiva de inclusão em todos os níveis, interando a educação escolar com as experiências cotidianas do educando de acordo com suas origens, costumes e valores com uma perspectiva integradora escola/campo. (CNE/CEB, 2002).

A Educação do Campo no Paraná

Desde 2003 , com a criação da Coordenação Estadual da Educação do Campo, vinculada ao Departamento de Diversidade da Secretaria de Estado da Educação, foram implementadas no estado do Paraná diversas políticas públicas para atender estudantes que vivem no campo.

As escolas do campo, incluem unidades em ilhas, acampamentos, quilombos e itinerantes.

No Paraná, assim como em todo o país, a política pública da Educação do Campo, se concretizou nesta última década, tornando-se uma ação conjunta das entidades, movimentos sociais e sindicais do campo com o estado, com o objetivo de proporcionarem a essa população uma educação de qualidade, vinculada à sua cultura, necessidades humanas, sociais e econômicas. , “[...] Novos valores, nova cultura, nova identidade, nova consciência de dignidade, nova consciência de direitos” (PARANÁ, 2006)

Em 2004 o Conselho Estadual de Educação encaminha o processo para reconhecimento da Escola Itinerante como espaço efetivo da educação do campo, independente do espaço físico. Foram também compostos os anais do I Seminário Estadual de Educação do Campo, onde se procurou desenvolver um olhar que ultrapassasse as margens da negação dos direitos. Como parâmetro político para esse diálogo, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, assume o papel de tornar público o compromisso selado nos encontros realizados até 2005, para estudo das concepções de educação do campo, por meio da publicação das Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná para Educação do Campo (PARANÁ, 2006), firmando eixos de trabalho pedagógico a ser implementado na esfera estadual como garantia de identidade política e sociocultural.

Em 2005 é realizado o II Seminário Estadual de Educação do Campo (que resultou na Carta do Paraná para a Educação do Campo) com a participação de secretários municipais de educação, técnicos, professores e

representantes de movimentos sociais, em que foram discutidos temas como diretrizes e políticas do MEC para a educação do campo, diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, construção de uma política pública para a educação do campo e outros temas correlatos.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED publica os cadernos temáticos, resultado dos seminários, encontros, trabalhos em comitês no Estado, onde foram registrados os compromissos necessários para educação dos sujeitos do campo.

E assim, o processo da Educação do Campo no Estado do Paraná, seguirá seu caminho e para tal, lutar far-se-á necessário.

Considerações

Após análise da pesquisa realizada chegou-se a conclusão de que o conceito básico da educação é a de formação de cidadãos capazes de exercerem sua cidadania com plena formação humana e adpto a desenvolver suas atividades de forma a ter uma vida digna.

Com relação à Educação do Campo, percebeu-se a ausência ou a ineficiência de políticas públicas para a escolarização no meio rural e que a preocupação com esta modalidade de ensino vem sendo demonstrada a pouco mais de uma década e efetuada a partir da instituição da Educação do Campo a menos tempo ainda e que a mesma é resultado de reivindicações diversas e de uma ação conjunta das entidades, movimentos sociais e sindicais do campo com o estado, com o objetivo de proporcionarem a essa população uma educação de qualidade.

REFERENCIAS

ARROYO, M.G. Apresentação. In: CALDART, R.S. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

_____. Lei Nº 9.394/96 – **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília - DF: Congresso Nacional. 23 de dezembro de 1996.

_____. Resolução CNE/CEB 1/2000. In: SOARES, Leôncio. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed. 2007.

LEITE, S.C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Educação do Campo**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006.

POLETTI, Ronaldo. **Constituições Brasileiras, 1934**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.

SILVA, L. H. **As representações sociais da relação educativa escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância**. Disponível em < <http://www.webartigos.com/articles/42324/1/ALTERIDADE-NA-EDUCACAO-DO-CAMPO-presente-nas-politicas-publicas-eou-na-formacao-pratica-pedagogica-e-representacoes-dos-professores-as/pagina1.html>>. Acesso em 14 de abril de 2011.

PARECER DESCRITIVO

Rosângela de Souza

Não vou sair do campo
Pra poder ir para escola
Educação do Campo
É direito e não esmola (Gilvan Santos – Poeta popular do campo).

A educadora-educanda desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso estudando a trajetória da educação, de forma bem breve, e a Educação do Campo no Brasil e Paraná, um estudo bibliográfico.

Diante das condições vividas pela estudante (gravidez e o nascimento da filha, braço quebrado) tivemos apenas dois momentos de diálogo. No processo de orientação a estudante sempre esteve pronta a atender as solicitações dadas, demonstrando preocupação e compromisso com o trabalho. Não participou do momento de orientação local, quando me dirigi até o pólo de Telemaco Borba, no início do processo da pesquisa.

Faltou certamente um maior aprofundamento e revisão, trazer os conceitos estudados no conjunto do curso, em especial o entorno da Educação do Campo presente nos textos recebidos e trabalhados em cada módulo.

Diante das condições e o tempo possível, considero o trabalho concluído e com o desafio de novos estudos. Parabéns a nova Especialista em Educação do Campo.

Marcos Gehrke